



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular
Curso de Mestrado Profissionalizante 2015/2016

Unidade curricular

Direito Processual Civil IV

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 horas semanais (2 horas de aulas teóricas e práticas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer os fundamentos e regimes dos recursos cíveis, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica das normas respetivas tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos

Módulo 1 – Introdução

1. Introdução

- 1.1. *A impugnação de decisões judiciais*
 - 1.1.1. Formas de impugnação
 - A. A reclamação
 - B. As oposições ou embargos
 - C. As arguições de nulidades
 - D. O recurso
- 1.2. *Conceito de recurso*
- 1.3. *Fundamento do recurso: garantia do duplo grau de jurisdição*
- 1.4. *Sistemas de recursos*

2. Classificação de recursos

- 2.1. *Recursos ordinários e recursos extraordinários*
- 2.2. *Recursos de reexame e recursos de revisão / reponderação*
- 2.3. *Recursos globais e recursos restritos*
- 2.4. *Recursos de substituição e recursos de cassação*

3. Sistema de recursos português

- 3.1. *Orgânica dos tribunais judiciais. A reforma de 2013*
- 3.2. *Quadro geral dos recursos em processo civil*
 - 3.2.1. 1ª instância
 - 3.2.2. 2ª instância
 - 3.2.3. Tribunal Constitucional
 - 3.2.4. Tribunais supranacionais
- 3.3. *A reforma de 2013*
- 3.4. *Recursos noutros processos: penal, laboral, administrativo, fiscal e aduaneiro*

Módulo 2 – Pressupostos e objecto

1. Pressupostos

- 1.1 *Gerais*



- 1.1.1. Personalidade, capacidade, legitimidade
- 1.1.2. Competência do tribunal *a quo*
- 1.2. *Legitimidade para recorrer*
 - 1.2.1. Questão prévia: o interesse processual
 - 1.2.2. Singular
 - 1.2.2. Recíproca — recurso independente e recurso subordinado
 - 1.2.3. Pluralidade de partes. Delimitação subjetiva do recurso
 - 1.2.4. Intervenção de terceiros
- 1.3. *Patrocínio judiciário*
- 1.4. *Recorribilidade*
 - 1.4.1. Valor da causa conjugado com o valor da sucumbência
 - A. Valor da causa
 - B. Valor da sucumbência
 - C. Irrelevância do valor
 - 1.4.2. Exclusão legal
 - A. Despachos de mero expediente
 - B. Despachos proferidos no uso de poder discricionário
 - C. Previsões legais expressas
 - 1.4.3. Renúncia à impugnação em geral, e ao recurso em especial
 - A. Modalidades
 - B. Formas
- 1.5. *Competência do tribunal ad quem*
 - 1.5.1. Recursos de decisões de 1ª instância
 - 1.5.2. Recursos de decisões de 2ª instância
 - 1.5.3. Recurso interposto da Relação para o Tribunal de Conflitos
- 1.6. *As reformas de 2013*
- 1.7. *Tempestividade? Discussão*
- 1.8. *Verificação dos pressupostos: tribunal aquo e tribunal ad quem*

2. Objecto

- 2.1. *Constituição*
 - 2.1.1. Factos novos
 - 2.1.2. Factos supervenientes
 - 2.1.3. Pedidos novos
 - 2.1.4. Lei nova
- 2.2. *Âmbito*
 - 2.2.1. Delimitação
 - 2.2.2. Extensão a questões prejudicadas
 - 2.2.3. Recurso de fundamentos
 - A. de facto
 - B. de direito
 - 2.2.4. Recurso subsidiário
- 2.3. *Limites*
 - 2.3.1. Aspectos comuns
 - 2.3.2. Proibição de *reformatio in melius*
 - 2.3.3. Proibição de *reformatio in peius*
- 2.4. *Cumulação de recursos*
- 2.5. *As reformas de 2013*

Módulo 3 – Apelação

1. Objecto

- 1.1. *A extinção do agravo em 1ª instância*
- 1.2. *Decisões finais*
- 1.3. *Decisões interlocutórias autónomas*



- 1.4. *Decisões interlocutórias não autónomas*
- 1.5. *As reformas de 2013*

2. Interposição

- 2.1. *Função*
- 2.2. *Tempestividade*
 - 2.2.1. Prazo
 - 2.2.2. Contagem
 - 2.2.3. Impedimentos e prorrogações
- 2.3. *Requerimento*
 - 2.3.1. Forma
 - 2.3.2. Estrutura e conteúdo: ónus de alegação, conclusão e especificação
 - 2.3.3. Valor do recurso
 - 2.3.4. Entrega
 - 2.3.5. Taxa de justiça: valor e pagamento
- 2.4. *Contra-alegações*
 - 2.4.1. Notificação do recorrido
 - 2.4.2. Dedução de contra-alegações
- 2.5. *Despacho liminar*
 - 2.5.1. Conteúdo
 - 2.5.2. Notificação
 - 2.5.3. Impugnação; recurso de queixa
 - 2.5.4. Taxa de justiça
- 2.6. *Efeitos extraprocessuais da interposição*
 - 2.6.1. Suspensivo, devolutivo e translativo
 - 2.6.2. Regime inibitório
 - 2.6.3. Exequibilidade provisória
- 2.7. *As reformas de 2013*

3. Expedição

- 3.1. *Função*
- 3.2. *Competência hierárquica*
 - 3.2.1. Regra
 - 3.2.2. Recurso *per saltum* — remissão
- 3.3. *Momento*
- 3.4. *Modo de subida*
- 3.5. *Efeitos intraprocessuais (marcha do processo)*
 - 3.5.1. Suspensivo da marcha
 - 3.5.2. Meramente devolutivo

4. Preparação do julgamento

- 4.1. *Função*
- 4.2. *Formalidades preliminares*
 - 4.2.1. Recebimento
 - 4.2.2. Distribuição
- 4.3. *Competência funcional*
 - 4.3.1. Relator e adjuntos
 - 4.3.2. Competência do relator
 - 4.3.3. Competência da conferência
- 4.4. *Despacho do relator*
 - 4.4.1. Despacho de correção
 - 4.4.2. Despacho de aperfeiçoamento
 - 4.4.3. Despacho de saneamento



- 4.5. *Preparação do julgamento*
 - 4.5.1. Visto dos juizes — remissão
 - 4.5.2. Inscrição em tabela
 - 4.5.3. Pagamento da taxa de justiça
- 4.6. *As reformas de 2013*

5. Julgamento

- 5.1. *Função*
- 5.2. *Formas do julgamento*
 - 5.2.1. Sumária, ordinária
- 5.3. *Estrutura da decisão*
- 5.4. *Conteúdo*
 - 5.4.1. Questões de forma
 - 5.4.2. Questões de mérito
 - A. Procedência; competência decisória
 - i. Substituição/Revogação
 - ii. Matéria de direito
 - iii. Matéria de facto; poderes inquisitórios
 - B. Improcedência
- 5.5. *Vícios do acórdão*
 - 5.5.1. Nulidades
 - 5.5.2. Outros vícios
- 5.6. *Formalidades finais*
- 5.7. *Apelação em apensos declarativos*
- 5.8. *As reformas de 2013*

Módulo 4 - Revista

- 1. Preliminar: *a extinção do agravo em 2ª instância. As reformas de 2013*
- 2. Objeto mediato
 - 2.1. Decisões finais da Relação
 - 2.2. Decisões interlocutórias da Relação
 - 2.3. Decisões interlocutórias da 1ª instância
- 3. Objecto imediato (fundamento): questão de direito
 - A. *Violação primária de lei substantiva*
 - 3.1. *Distinção entre matéria de direito e matéria de facto*
 - 3.2. *Conceito de lei*
 - 3.3. *Violação primária de lei substantiva, em especial*
 - 3.3..1. Lei substantiva
 - 3.3..2. Erro na qualificação
 - 3.3..3. Erro na subsunção
 - 3.3..4. Erro sobre a estatuição
 - B. *Violação secundária de lei substantiva*
 - C. *Violação primária de direito probatória*
 - 3.3..5. Erro sobre matéria de facto
 - 3.3..6. Erro na apreciação da prova
 - 3.3..7. Erro na selecção da base instrutória
 - 3.3..8. Erro sobre presunções judiciais
 - D. *Violação secundária de direito probatório*
 - 3.3..9. Violação de normas secundárias
 - 3.3..10. Violação de contratos probatórios



3.3..11. Violação de poderes de controlo

E. Violação de lei processual

4. O pressuposto específico negativo da dupla conforme
5. Revista normal, excecional e extraordinária
6. Tramitação – especialidades
 - 6.1. *Interposição*
 - A. Efeitos
 - i. Devolutivo
 - ii. Suspensivo
 - iii. Suspensão de execução
 - 6.2. *Alegações*
 - 6.3. *Subida*
 - A. Momento
 - B. Modo
 - C. Efeitos
 - 6.4. *Preparação do julgamento*
 - A. Despacho do relator
 - B. Visto dos juizes
 - 6.5. *Julgamento*
 - A. Formas do julgamento
 - i. Sumário
 - ii. Ordinário
 - iii. Ampliado — remissão
 - 6.6. *O julgamento ampliado de revista, em especial*
 - Função
 - Objecto; os arts. 732-A e 732^o-B
 - A. Prevenção do conflito
 - B. Resolução do conflito
 - Tramitação
 - Valor da decisão de recurso
 - A. O anterior direito dos assentos
 - B. Direito vigente
 - 6.7. *Recurso per saltum*
 - Âmbito
 - Condições
 - Subida
 - A. Regime
 - B. Efeitos

Módulo 5 – Recursos extraordinários

1. Generalidades

- 1.1. *Natureza jurídica*
- 1.2. *Fundamento*
- 1.3. *Efeitos da decisão final*
- 1.4. *As reformas de 2013*

2. Recurso de revisão

- 2.1. *Objecto*
- 2.2. *Prazo*
- 2.3. *Tribunal competente*
- 2.4. *Tramitação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Recurso de uniformização de jurisprudência

- 3.1. *Objecto*
- 3.2. *Prazo*
- 3.3. *Tribunal competente*
- 3.4. *Tramitação*

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes dos recursos cíveis em Portugal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em 2 horas semanais em AULAS TEÓRICAS e PRÁTICAS

A) CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

SEMANA	AULA+ CONTEÚDOS
1ª SEMANA (14-18/set)	1ª AULA:> Apresentação. Programa. Bibliografia. Avaliação. cronograma 2ª AULA> Módulo 1 (aula teórica)
2ª SEMANA (21-25/set)	3ª AULA> Módulo 2.1. (aula teórica) 4ª AULA> Módulo 2.1. (aula teórica)
3ª SEMANA (28-02/set-out)	5ª AULA> Módulo 2.2 (aula teórica) 6ª AULA> Módulo 2.2 (aula teórica)
4ª SEMANA (05-09/out)	7ª AULA> Aula prática 8ª AULA> Aula prática
5ª SEMANA (12-16/out)	9ª AULA> Módulo 3.1 (aula teórica) 10ª AULA> Módulo 3.1 (aula teórica)
6ª SEMANA (19-23/out)	11ª AULA> Módulos 3.4. e 3.5 (aula teórica) 12ª AULA> Módulo 3.5 (aula teórica)
7ª SEMANA (26-30/out)	13ª AULA> Módulos 3.2., 3.3.e 3.4. (aula prática) 14ª AULA> 3.2., 3.3.e 3.4. (aula prática)
8ª SEMANA (02-06/nov)	15ª AULA> Módulo 4.1 e 4.2 (aula teórica) 16ª AULA> Módulo 4.1 e 4.2 (aula teórica)
9ª SEMANA (09-13/nov)	17ª AULA> Módulo 4.2, 4.3 e 4.4. (aula teórica) 18ª AULA> Módulo 4.4. (aula teórica)
10ª SEMANA (16-20/nov)	19ª AULA> Aula prática



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

20ª AULA> Aula prática

11ª SEMANA (23-27/nov)

21ª AULA> Módulos 4.4. e 4.5 (aula teórica)

22ª AULA> Módulo 4.5 (aula teórica)

12ª SEMANA (30-04/nov-dez)

23ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)

24ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)

13ª SEMANA (07-11/dez)

25ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)

26ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)

14ª SEMANA (14-18/dez)

27ª AULA> Aula prática

28ª AULA> Aula prática

15ª SEMANA (4-8/jan)

29ª AULA> Entrega e correção de trabalhos. Resolução de dúvidas

30ª AULA> Apresentação da avaliação

B) Nas AULAS PRÁTICAS o aluno irá colocar dúvidas, resolver casos práticos, fazer simulações de peças processuais e analisar jurisprudência, oralmente e por escrito. Estas tarefas serão objeto de AVALIAÇÃO, sendo que o pensamento crítico e criativo será especialmente valorizado.

A AVALIAÇÃO comporta os seguintes componentes

- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 1 (25%): intervenções orais
- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 2 (35%): trabalho escrito de *grupo e individual* a ser entregue até às 23.55 h de 13.12.2015 para o email do regente, composto por (i) simulação de alegações de recurso (trabalho de *grupo* até 20 pp. Úteis) + (ii) comentário a acórdão sobre um ponto do programa (trabalho *individual* até 5 pp.)
- EXAME FINAL (40%): data marcada pelo órgão escolar competente, com toda a matéria do Programa lecionada nas Aulas teóricas até uma semana antes da prova

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a percepção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

- I. BLOGUE DA CADEIRA: <http://forumprocessual.weebly.com/>
- II. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- III. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/>

BIBLIOGRAFIA

A amarelo estão marcadas as obras mais importantes para as aulas, além da obra de referência.

A. MANUAL DE REFERÊNCIA

RUI PINTO, *Notas ao Código de Processo Civil*, 2ª ed., Coimbra Editora, 2015



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

B. BÁSICA

Alexandre, Isabel, *Factos Novos e Factos Supervenientes na Fase dos Recursos Cíveis*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra, 836 ss.

As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

BRITO, JOSÉ ALVES DE, *Notas sobre a reforma do regime dos recursos em processo civil*, Scientia Iuridica LVI/311 (2007), n.º 311, 517- 545

CÂMARA, Carla Inês Brás, *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de 2007*, in Revista do CEJ, n.º 12, 2º Semestre de 2009 = *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 183-272.

CANÁRIO, António Colaço, *O Objecto do Recurso em Processo Civil*, Lisboa, 1982

CANAS, Vitalino, *Os processos de fiscalização da constitucionalidade*, 1986.

CANOTILHO, Joaquim Gomes, *Direito constitucional e teoria da Constituição*, 5ª ed. , 7ª ed., reimp., Coimbra, Almedina, 2003.

CASANOVA, Nuno Salazar Casanova, *Apontamentos sobre a Reforma dos Recursos*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 68, Vol. I, Janeiro de 2008

CASTRO, Aníbal de, *Impugnação das decisões judiciais*, 2ª ed., Lisboa, Petrony, 1984.

Constituição Portuguesa anotada (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º -Introdução Geral. Preâmbulo. Artigos 1º a 79º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

CUNHA, Paulo, *Processo Comum de Declaração (Apontamentos de Artur Costa e Jaime de Lemos)*, 2 tomos I, Tipografia Augusto Costa & C.ª, Lda., Braga, 1940.

FERNANDES, Manuel Domingues, *O novo Código de Processo Civil (e o duplo grau de jurisdição da matéria de facto)*, Julgar online Julho/2014

FERNANDEZ, Elizabeth, *Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 329-353.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., rev. e act., Coimbra, Almedina, 2009.

FERREIRA, J. O. A. Cardona, *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

FREITAS, José Lebre de, *Recurso extraordinário: recurso ou acção?* *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 19-25.

____, *Regime da Decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre Ampliação da Matéria de Facto*, Themis, Ano IX, n.º 17, 2009

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º, Tomo I — Artigos 676º a 800º, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

GERALDES, António Santos Abrantes, *Cassação ou substituição? Livre escolha ou determinismo legislativo?* *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 163-181.

____, *Recursos em processo civil. Novo regime*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.

____, *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.

GOMES, Manuel Tomé Soares, *Do julgamento do recurso em processo civil*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 355-371.

LEAL-HENRIQUES, Manuel, *Recursos em Processo Civil*, 2ª Edição, Rei dos Livros, Viseu, 1992

LAMEIRAS, Luís Brites, *A Marcha dos Recursos Ordinários*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 27-78.

____, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil. Decreto-Lei nº 303/2007, de 24 de Agosto*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

MEDEIROS, Rui, *[Anotação ao art. 20º]*, *Constituição* (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º, 170-205

MELO, Barbosa de, *Sobre o problema da competência para assentar*, 1988.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Assentos. Oposição de acórdãos*, CJ XV/ 1, 73.

____, *Do Dualismo ao Monismo — A Eliminação dos Recursos de Agravo na Reforma de 2007*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 273-327.

____, *Os Recursos no Código de Processo Civil Revisto*, in *Direito Processual Civil – Estudos sobre Temas de Processo Civil*, SFN Editores, Lisboa, 2001

____, *Recursos em Processo Civil. Reforma de 2007*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro

MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, vol. III., Lisboa, AAFDL, 1987

MENDONÇA, Luís Correia de, *Processo Civil Líquido e Garantias (O Regime Processual Experimental Português)*, Themis Ano VIII, N.º 14, 2007.

NETO, Manuela, *Dos Recursos*, 2ª Edição, Porto, 1996

NEVES, Castanheira, *O instituto dos assentos*.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O sistema de recursos em processo civil e em processo penal, Ministério da Justiça/Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

PINTO, Rui, *As proibições de reformationen in melius e in peius: sentido e limites. Algumas questões*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 111-142.

PISSARRA, Nuno, *O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo tribunal de recurso em processo civil*, ROA 72/I (Janeiro/Março) 2013, 287-334

REGO, Carlos Lopes do, *Acesso ao direito e aos tribunais*, Estudos sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional, Lisboa, Aequitas / Editorial Notícias, 1993.

____, *As “questões prejudiciais” de constitucionalidade*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 143-161.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. V, 1952 (reimp., 1984) e vol. VI, 1953 (reimp.), Coimbra, Coimbra Editora.

SOARES, Fernando Luso, *O agravo*.

SILVEIRA, Noronha, *Pluralidade de partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *“Dupla conforme”: critério e âmbito da conformidade*, CDP 21 (2008), 21-27.

____, *Estudos sobre o novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 369-565

TELLES, Inocêncio Galvão, *Recurso para o tribunal pleno (parecer)*, CJ X/5, 5

THOMAZ, Fernão de C. Fernandes, *A Matéria dos Recursos no Projecto de Revisão do Processo Civil*, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, Ano 56, Vol. II, Agosto de 1996

TOMÁS, Helena, *Em torno do regime dos assentos*, Lisboa, AAFDL

VEIGA, Raúl Soares da, *O efeito suspensivo no agravo de 2ª instância*, Revista Jurídica, 5, Jan/Mar, 1986, 53-63.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet Course MESTRADO PROFESSIONALIZANTE 2015/2016

Curricular unit

Direito Processual Civil IV

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 hours per week (theoretical and practical classes)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the civil appeal system, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus

Módulo 1 – *Introdução*

1. *Introdução*

1.1. *A impugnação de decisões judiciais*

1.1.1. *Formas de impugnação*

A. *A reclamação*

B. *As oposições ou embargos*

C. *As arguições de nulidades*

D. *O recurso*

1.2. *Conceito de recurso*

1.3. *Fundamento do recurso: garantia do duplo grau de jurisdição*

1.4. *Sistemas de recursos*

2. *Classificação de recursos*

2.1. *Recursos ordinários e recursos extraordinários*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.2. *Recursos de reexame e recursos de revisão / reponderação*
- 2.3. *Recursos globais e recursos restritos*
- 2.4. *Recursos de substituição e recursos de cassação*

3. Sistema de recursos português

- 3.1. *Orgânica dos tribunais judiciais. A reforma de 2013*
- 3.2. *Quadro geral dos recursos em processo civil*
 - 3.2.1. 1ª instância
 - 3.2.2. 2ª instância
 - 3.2.3. Tribunal Constitucional
 - 3.2.4. Tribunais supranacionais
- 3.3. *A reforma de 2013*
- 3.4. *Recursos noutros processos: penal, laboral, administrativo, fiscal e aduaneiro*

Módulo 2 – Pressupostos e objecto

1. Pressupostos

- 1.1 *Gerais*
 - 1.1.1. Personalidade, capacidade, legitimidade
 - 1.1.2. Competência do tribunal *a quo*
- 1.2. *Legitimidade para recorrer*
 - 1.2.1. Questão prévia: o interesse processual
 - 1.2.2. Singular
 - 1.2.2. Recíproca — recurso independente e recurso subordinado
 - 1.2.3. Pluralidade de partes. Delimitação subjetiva do recurso
 - 1.2.4. Intervenção de terceiros
- 1.3. *Patrocínio judiciário*
- 1.4. *Recorribilidade*
 - 1.4.1. Valor da causa conjugado com o valor da sucumbência
 - A. Valor da causa
 - B. Valor da sucumbência
 - C. Irrelevância do valor
 - 1.4.2. Exclusão legal
 - A. Despachos de mero expediente
 - B. Despachos proferidos no uso de poder discricionário
 - C. Previsões legais expressas
 - 1.4.3. Renúncia à impugnação em geral, e ao recurso em especial
 - A. Modalidades
 - B. Formas
- 1.5. *Competência do tribunal ad quem*
 - 1.5.1. Recursos de decisões de 1ª instância
 - 1.5.2. Recursos de decisões de 2ª instância
 - 1.5.3. Recurso interposto da Relação para o Tribunal de Conflitos
- 1.6. *As reformas de 2013*
- 1.7. *Tempestividade? Discussão*
- 1.8. *Verificação dos pressupostos: tribunal *a quo* e tribunal *ad quem**

2. Objecto

- 2.1. *Constituição*
 - 2.1.1. Factos novos
 - 2.1.2. Factos supervenientes
 - 2.1.3. Pedidos novos
 - 2.1.4. Lei nova
- 2.2. *Âmbito*
 - 2.2.1. Delimitação



- 2.2.2. Extensão a questões prejudicadas
- 2.2.3. Recurso de fundamentos
 - A. de facto
 - B. de direito
- 2.2.4. Recurso subsidiário
- 2.3. *Limites*
 - 2.3.1. Aspectos comuns
 - 2.3.2. Proibição de *reformatio in melius*
 - 2.3.3. Proibição de *reformatio in peius*
- 2.4. *Cumulação de recursos*
- 2.5. *As reformas de 2013*

Módulo 3 – Apelação

1. Objecto

- 1.1. *A extinção do agravo em 1ª instância*
- 1.2. *Decisões finais*
- 1.3. *Decisões interlocutórias autónomas*
- 1.4. *Decisões interlocutórias não autónomas*
- 1.5. *As reformas de 2013*

2. Interposição

- 2.1. *Função*
- 2.2. *Tempestividade*
 - 2.2.1. Prazo
 - 2.2.2. Contagem
 - 2.2.3. Impedimentos e prorrogações
- 2.3. *Requerimento*
 - 2.3.1. Forma
 - 2.3.2. Estrutura e conteúdo: ónus de alegação, conclusão e especificação
 - 2.3.3. Valor do recurso
 - 2.3.4. Entrega
 - 2.3.5. Taxa de justiça: valor e pagamento
- 2.4. *Contra-alegações*
 - 2.4.1. Notificação do recorrido
 - 2.4.2. Dedução de contra-alegações
- 2.5. *Despacho liminar*
 - 2.5.1. Conteúdo
 - 2.5.2. Notificação
 - 2.5.3. Impugnação; recurso de queixa
 - 2.5.4. Taxa de justiça
- 2.6. *Efeitos extraprocessuais da interposição*
 - 2.6.1. Suspensivo, devolutivo e translativo
 - 2.6.2. Regime inibitório
 - 2.6.3. Exequibilidade provisória
- 2.7. *As reformas de 2013*

3. Expedição

- 3.1. *Função*
- 3.2. *Competência hierárquica*
 - 3.2.1. Regra
 - 3.2.2. Recurso *per saltum* — remissão
- 3.3. *Momento*
- 3.4. *Modo de subida*



- 3.5. *Efeitos intraprocessuais (marcha do processo)*
 - 3.5.1. Suspensivo da marcha
 - 3.5.2. Meramente devolutivo

4. Preparação do julgamento

- 4.1. *Função*
- 4.2. *Formalidades preliminares*
 - 4.2.1. Recebimento
 - 4.2.2. Distribuição
- 4.3. *Competência funcional*
 - 4.3.1. Relator e adjuntos
 - 4.3.2. Competência do relator
 - 4.3.3. Competência da conferência
- 4.4. *Despacho do relator*
 - 4.4.1. Despacho de correcção
 - 4.4.2. Despacho de aperfeiçoamento
 - 4.4.3. Despacho de saneamento
- 4.5. *Preparação do julgamento*
 - 4.5.1. Visto dos juizes — remissão
 - 4.5.2. Inscrição em tabela
 - 4.5.3. Pagamento da taxa de justiça
- 4.6. *As reformas de 2013*

5. Julgamento

- 5.1. *Função*
- 5.2. *Formas do julgamento*
 - 5.2.1. Sumária, ordinária
- 5.3. *Estrutura da decisão*
- 5.4. *Conteúdo*
 - 5.4.1. Questões de forma
 - 5.4.2. Questões de mérito
 - A. Procedência; competência decisória
 - i. Substituição/Revogação
 - ii. Matéria de direito
 - iii. Matéria de facto; poderes inquisitórios
 - B. Improcedência
- 5.5. *Vícios do acórdão*
 - 5.5.1. Nulidades
 - 5.5.2. Outros vícios
- 5.6. *Formalidades finais*
- 5.7. *Apelação em apensos declarativos*
- 5.8. *As reformas de 2013*

Módulo 4 – Revista

- 1. Preliminar: *a extinção do agravo em 2ª instância. As reformas de 2013*
- 2. Objeto mediato
 - 2.1. Decisões finais da Relação
 - 2.2. Decisões interlocutórias da Relação
 - 2.3. Decisões interlocutórias da 1ª instância
- 3. Objecto imediato (fundamento): questão de direito
 - A. *Violação primária de lei substantiva*
 - 3.1. *Distinção entre matéria de direito e matéria de facto*
 - 3.2. *Conceito de lei*



3.3. *Violação primária de lei substantiva, em especial*

- 3.3.1. Lei substantiva
- 3.3.2. Erro na qualificação
- 3.3.3. Erro na subsunção
- 3.3.4. Erro sobre a estatuição

B. Violação secundária de lei substantiva

C. Violação primária de direito probatório

- 3.3.5. Erro sobre matéria de facto
- 3.3.6. Erro na apreciação da prova
- 3.3.7. Erro na selecção da base instrutória
- 3.3.8. Erro sobre presunções judiciais

D. Violação secundária de direito probatório

- 3.3.9. Violação de normas secundárias
- 3.3.10. Violação de contratos probatórios
- 3.3.11. Violação de poderes de controlo

E. Violação de lei processual

4. O pressuposto específico negativo da dupla conforme

5. Revista normal, excecional e extraordinária

6. Tramitação – especialidades

6.1. *Interposição*

- A. Efeitos
 - i. Devolutivo
 - ii. Suspensivo
 - iii. Suspensão de execução

6.2. *Alegações*

6.3. *Subida*

- A. Momento
- B. Modo
- C. Efeitos

6.4. *Preparação do julgamento*

- A. Despacho do relator
- B. Visto dos juizes

6.5. *Julgamento*

- A. Formas do julgamento
 - i. Sumário
 - ii. Ordinário
 - iii. Ampliado — remissão

6.6. *O julgamento ampliado de revista, em especial*

Função

Objecto; os arts. 732-A e 732º-B

- A. Prevenção do conflito
- B. Resolução do conflito

Tramitação

Valor da decisão de recurso

- A. O anterior direito dos assentos
- B. Direito vigente

6.7. *Recurso per saltum*

Âmbito

Condições

Subida

- A. Regime
- B. Efeitos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Módulo 5 – Recursos extraordinários

1. Generalidades

- 1.1. *Natureza jurídica*
- 1.2. *Fundamento*
- 1.3. *Efeitos da decisão final*
- 1.4. *As reformas de 2013*

2. Recurso de revisão

- 3.1. *Objecto*
- 3.2. *Prazo*
- 3.3. *Tribunal competente*
- 3.4. *Tramitação*

4. Recurso de uniformização de jurisprudência

- 4.1. *Objecto*
- 4.2. *Prazo*
- 4.3. *Tribunal competente*
- 4.4. *Tramitação*

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters are both the fundamentals of the civil appeal system in Portugal as the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

WEB SUPORTTING ELEMENTS

- I. BLOGUE DA CADEIRA: <http://forumprocessual.weebly.com/>
- II. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- III. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/>

BIBLIOGRAPHY

The most important books are marked in yellow, aside de reference book.

REFERENCE BOOK

RUI PINTO, *Notas ao Código de Processo Civil*, 2ª ed., Coimbra Editora, 2015

BASIC

As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
BRITO, JOSÉ ALVES DE, *Notas sobre a reforma do regime dos recursos em processo civil*, Scientia Iuridica LVI/311 (2007), n.º 311, 517- 545
CÂMARA, Carla Inês Brás, *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de 2007*, in Revista do CEJ, n.º 12, 2º Semestre de 2009 = *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 183-272.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CANÁRIO, António Colaço, *O Objecto do Recurso em Processo Civil*, Lisboa, 1982
- CANAS, Vitalino, *Os processos de fiscalização da constitucionalidade*, 1986.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes, *Direito constitucional e teoria da Constituição*, 5ª ed., 7ª ed., reimp., Coimbra, Almedina, 2003.
- CASANOVA, Nuno Salazar Casanova, *Apontamentos sobre a Reforma dos Recursos*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 68, Vol. I, Janeiro de 2008
- CASTRO, Aníbal de, *Impugnação das decisões judiciais*, 2ª ed., Lisboa, Petrony, 1984.
- Constituição Portuguesa anotada* (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º -Introdução Geral. Preâmbulo. Artigos 1º a 79º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.
- CUNHA, Paulo, *Processo Comum de Declaração (Apontamentos de Artur Costa e Jaime de Lemos)*, 2 tomos I, Tipografia Augusto Costa & C.ª, Lda., Braga, 1940.
- FERNANDEZ, Elizabeth, *Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 329-353.
- FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., rev. e act., Coimbra, Almedina, 2009.
- FERREIRA, J. O. A. Cardona, *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- FREITAS, José Lebre de, *Recurso extraordinário: recurso ou acção?* As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 19-25.
- _____, *Regime da Decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre Ampliação da Matéria de Facto*, Themis, Ano IX, nº 17, 2009
- FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º, Tomo I — Artigos 676º a 800º, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- GERALDES, António Santos Abrantes, *Cassação ou substituição? Livre escolha ou determinismo legislativo?* As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 163-181.
- _____, *Recursos em processo civil. Novo regime*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.
- _____, *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.
- GOMES, Manuel Tomé Soares, *Do julgamento do recurso em processo civil*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 355-371.
- LEAL-HENRIQUES, Manuel, *Recursos em Processo Civil*, 2ª Edição, Rei dos Livros, Viseu, 1992
- LAMEIRAS, Luís Brites, *A Marcha dos Recursos Ordinários*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 27-78.
- _____, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil*. Decreto-Lei nº 303/2007, de 24 de Agosto, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.
- MEDEIROS, Rui, [Anotação ao art. 20º], *Constituição* (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º, 170-205
- MELO, Barbosa de, *Sobre o problema da competência para assentar*, 1988.
- MENDES, Armindo Ribeiro, *Assentos. Oposição de acórdãos*, CJ XV/ 1, 73.
- _____, *Do Dualismo ao Monismo — A Eliminação dos Recursos de Agravo na Reforma de 2007*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 273-327.
- _____, *Os Recursos no Código de Processo Civil Revisto*, in *Direito Processual Civil — Estudos sobre Temas de Processo Civil*, SFN Editores, Lisboa, 2001
- _____, *Recursos em Processo Civil. Reforma de 2007*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- _____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro
- MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, vol. III., Lisboa, AAFDL, 1987
- MENDONÇA, Luís Correia de, *Processo Civil Líquido e Garantias (O Regime Processual Experimental Português)*, Themis Ano VIII, Nº 14, 2007.
- NETO, Manuela, *Dos Recursos*, 2ª Edição, Porto, 1996
- NEVES, Castanheira, *O instituto dos assentos. O sistema de recursos em processo civil e em processo penal*, Ministério da Justiça/Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- PINTO, Rui, *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas questões*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 111-142.
- PISSARRA, Nuno, *O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo tribunal de recurso em processo civil*, ROA 72/I (Janeiro/Março) 2013, 287-334
- REGO, Carlos Lopes do, *Acesso ao direito e aos tribunais*, Estudos sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional, Lisboa, Aequitas / Editorial Notícias, 1993.
- _____, *As “questões prejudiciais” de constitucionalidade*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 143-161.
- REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. V, 1952 (reimp., 1984) e vol. VI, 1953 (reimp.), Coimbra,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Coimbra Editora.

SOARES, Fernando Luso, *O agravo*.

SILVEIRA, Noronha, *Pluralidade de partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.

SOUSA, Miguel Teixeira de, "*Dupla conforme*": critério e âmbito da conformidade, CDP 21 (2008), 21-27.

_____, *Estudos sobre o novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 369-565

TELLES, Inocêncio Galvão, *Recurso para o tribunal pleno (parecer)*, CJ X/5, 5

THOMAZ, Fernão de C. Fernandes, *A Matéria dos Recursos no Projecto de Revisão do Processo Civil*, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, Ano 56, Vol. II, Agosto de 1996

TOMÁS, Helena, *Em torno do regime dos assentos*, Lisboa, AAFDL

VEIGA, Raúl Soares da, *O efeito suspensivo no agravo de 2ª instância*, Revista Jurídica, 5, Jan/Mar, 1986, 53-63.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.